



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN  
GABINETE DO PREFEITO



*Uma Frontin para todos*

MENSAGEM Nº 059 /2021.

EXMO. SENHOR PRESIDENTE E PARES DA CÂMARA MUNICIPAL

Temos a grata satisfação de submeter à apreciação dessa Colenda Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei nº 059 /2021, que versa sobre a instituição do Bolsa-Atleta no âmbito do município de Engenheiro Paulo de Frontin.

Desta forma, na procura da legitimidade e esmero de nossos trabalhos, encaminhamos o presente projeto de lei, para apreciação, discussão e votação, por parte desta egrégia Câmara.

No ensejo, reiteramos os nossos votos de estima e distinta consideração.

Eng. Paulo de Frontin, 10 de setembro de 2021.

JOSÉ EMMANUEL RODRIGUES ARTEMENKO  
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Protocolo nº 1851 de 20/09/21

Alvará nº 04 de 09/20

Ass. \_\_\_\_\_

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Recebido em 20/09/2021

Hora: 16:27

Ass. \_\_\_\_\_



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN  
GABINETE DO PREFEITO



*Uma Fronteira para todos*

PROJETO DE LEI Nº 059 DE 10 DE SETEMBRO DE 2021

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin

Projeto nº 059/2021

04/09/2021

04/09/2021

"Institui a Bolsa-Atleta no âmbito do município de Engenheiro Paulo de Frontin"

JOSÉ EMMANOEL RODRIGUES ARTEMENKO, Prefeito do Município de Engenheiro Paulo de Frontin/RJ, FAÇO SABER, observando a Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

LEI MUNICIPAL:

**Art. 1º.** Fica instituída a Bolsa-Atleta, destinada prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades desportivas que se enquadrem em regime formalizado de confederações ou federações estaduais, nacionais ou internacionais, sem prejuízo da análise e deliberação acerca das demais modalidades, a serem feitas de acordo com o art. 5º desta Lei.

§ 1º - A Bolsa-Atleta garantirá aos atletas benefício financeiro conforme os valores fixados no Anexo desta Lei, que serão revistos em ato do Poder Executivo, com base em estudos técnicos sobre o tema, observado o limite definido na lei orçamentária anual.

§ 2º - Para efeito do disposto no § 1º, ficam criadas as seguintes categorias de Bolsa-Atleta:

I - **Categoria Atleta de Base**, destinada aos atletas que participem com destaque, de competições de âmbito regional a serem determinadas pela respectiva entidade nacional de administração do desporto, em conjunto com o Ministério do Esporte;

II - **Categoria Atleta Estadual**, destinada aos atletas que tenham participado de eventos no Estado do Rio de Janeiro, reconhecidos pelo Ministério do Esporte;

III - **Categoria Atleta Nacional**, destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional, que atenda aos critérios fixados pelo Ministério do Esporte;

IV - **Categoria Atleta Internacional**, destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva de âmbito internacional;

V - **Categoria Atleta Olímpico ou Paraolímpico**, destinada aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos ou Paraolímpicos e cumpram os critérios fixados pelo Ministério do Esporte em regulamento;

**Art. 2º.** A Bolsa-Atleta será concedida prioritariamente aos atletas de alto rendimento das modalidades olímpicas e paraolímpicas filiadas, respectivamente, ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB ou ao Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB e subsidiariamente, aos atletas das modalidades que não fazem parte do programa olímpico ou paraolímpico.

José Emmanoel R. Artemenko  
Prefeito Municipal





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN  
GABINETE DO PREFEITO



*Uma Fronteira para todos*

§ 1º - O beneficiário da Bolsa-Atleta com idade igual ou superior a 16 (dezesesseis) anos que não seja filiado a regime próprio de previdência social ou que não esteja enquadrado em uma das hipóteses poderá filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social como segurado facultativo.

**Art. 3º.** A concessão da Bolsa-Atleta não gera qualquer vínculo empregatício entre os atletas beneficiados e a administração pública municipal.

**Art. 4º.** Para pleitear a concessão da Bolsa-Atleta, o atleta deverá preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- I - ter domicílio Eleitoral no município de Engenheiro Paulo de Frontin - RJ.
- II - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos para a obtenção das Bolsas-Atleta de Base, Nacional, Internacional, Olímpico ou Paraolímpico, até o término das inscrições;
- III - estar vinculado a alguma entidade de prática desportiva;
- IV - estar em plena atividade esportiva;
- V - apresentar declaração sobre valores recebidos a título de patrocínio de pessoas jurídicas públicas ou privadas, incluindo-se todo e qualquer montante percebido eventual ou regularmente, diverso do salário, assim como qualquer tipo de apoio em troca de vinculação de marca;
- VI - ter participado de competição esportiva em âmbito nacional ou internacional no ano imediatamente anterior ao que tiver sido pleiteada a concessão da Bolsa-Atleta;
- VII - estar regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada - os que ainda não tiverem completado o ensino médio;
- VIII - encaminhar, para aprovação, plano esportivo anual, contendo plano de treinamento, objetivos e metas esportivas para o ano de recebimento do benefício, conforme critérios e modelos a serem estabelecidos pela parte da administração pública responsável pela pasta de esportes;
- IX - estar ranqueado na sua respectiva entidade internacional entre os 50 (cinquenta) primeiros colocados do mundo em sua modalidade ou prova específica, exclusivamente para atletas da Categoria Atleta Olímpico ou paraolímpico;
- X - estar ranqueado na sua respectiva entidade nacional entre os 20 (vinte) primeiros colocados nacionais em sua modalidade ou prova específica, exclusivamente para atletas da Categoria Atleta Nacional;
- XI - estar ranqueado na sua respectiva entidade estadual entre os 15 (quinze) primeiros colocados do estado em sua modalidade ou prova específica, exclusivamente para atletas da Categoria Atleta estadual;
- XII - estar ranqueado na sua respectiva entidade nacional entre os 5 (cinco) primeiros colocados do município ou regional em sua modalidade ou prova específica, exclusivamente para atletas da Categoria Atleta de Base.

§ 1º - Não poderá candidatar-se à Bolsa-Atleta o atleta que:

- I - estiver cumprindo suspensão imposta por Tribunal de Justiça Desportiva, em sentença transitada em julgado, por resultado adverso em exame oficial de antidoping ou violação das regras antidoping contidas na Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 306, de 26 de outubro de 2007;

Comarca: Engenheiro Paulo de Frontin  
18512019120  
04  
69120  
[assinatura]

José Emmanuel R. Arment  
Prefeito Municipal





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN  
GABINETE DO PREFEITO



*Uma Frontin para todos*

II - tiver sido condenado, com trânsito em julgado, mais de 1 (uma) vez, por Tribunal de Justiça Desportiva, por violação das regras antidoping contidas na Convenção Internacional contra o Doping nos Esportes, ratificada pelo Decreto Legislativo nº 306, de 26 de outubro de 2007.

§ 2º - Aos atletas beneficiados pela Bolsa-Atleta que forem enquadrados nas situações descritas no § 1º serão imputadas as seguintes penalidades:

I - quando for configurada a situação prevista no inciso I do § 1º, suspensão do pagamento da bolsa por período igual ao da suspensão determinada pela Justiça Desportiva;

II - quando for configurada a situação prevista no inciso II do § 1º, vedação de concorrência à nova Bolsa-Atleta nos 2 (dois) primeiros exercícios subsequentes ao da última condenação.

**Art. 5º.** A Bolsa-Atleta será concedida pelo prazo de 1 (um) ano, a ser paga em até 12 (doze) parcelas mensais.

§ 1º - Os atletas que já recebem o benefício e que conquistarem medalhas nos jogos olímpicos e paraolímpicos bem como os atletas da categoria Internacional, que conquistarem pódio, terão prioridade para renovação das suas respectivas bolsas.

§ 2º - A prioridade para renovação da Bolsa-Atleta não desobriga o atleta ou seu representante ou procurador legal de obedecer a todos os procedimentos, inclusive de inscrição, e prazos estabelecidos, bem como de apresentação da respectiva prestação de contas.

**Art. 6º.** A Secretaria Municipal de Esportes submeterá ao representante da Câmara Municipal a análise e deliberação acerca de pleito de concessão de bolsas para atletas de modalidades e respectivas categorias, que serão atendidas no exercício subsequente pela Bolsa-Atleta, observando-se o Plano Nacional do Desporto e as disponibilidades financeiras.

**Art. 7º.** As indicações referentes às modalidades previstas no art. 5º desta Lei serão submetidas ao Presidente da Câmara Municipal, para que sejam observadas as prioridades de atendimento à Política Nacional de Esporte e as disponibilidades financeiras.

**Art. 8º.** Os critérios para reconhecimento de competições válidas para a concessão do benefício serão estabelecidos pela Secretaria Municipal de Esportes de Engenheiro Paulo de Frontin.

**Art. 9º.** As formas e os prazos para a inscrição dos interessados na obtenção do benefício, bem como para a prestação de contas dos recursos financeiros recebidos e dos resultados esportivos propostos e alcançados pelos atletas beneficiados, serão fixados em regulamento.

**Art. 10.** As despesas decorrentes da concessão da Bolsa-Atleta correrão à conta dos recursos orçamentários da Secretaria Municipal de Esportes de Engenheiro Paulo de Frontin.

*José Emmanuel R. Arremendo*  
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN  
GABINETE DO PREFEITO



*Uma Frontin para todos*

**Art. 11.** Os atletas beneficiados prestarão contas dos recursos financeiros recebidos na forma e nos prazos fixados em regulamento.

**Art. 12.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Engenheiro Paulo de Frontin, 10 de setembro de 2021.

**JOSÉ EMMAUEL RODRIGUES ARTEMENKO**  
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito do Eng. Paulo de Frontin

Protocolo 1851-20.9/21

Data 04.09.21

Ass. [assinatura]





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN  
GABINETE DO PREFEITO



ENGENHEIRO  
PAULO DE FRONTIN  
PREFEITURA

*Uma Frontin para todos*

ANEXO I

TABELA DE	
<b>Atletas Categoria Atleta de Base</b>	Valor Base Mensal
Categoria Atleta de Base, destinada aos atletas que participem com destaque, a serem determinadas pela respectiva entidade nacional de administração do desporto, em conjunto com o Ministério do Esporte;	150 (UFIR)
<b>Atletas Categoria Atleta Estadual</b>	Valor Base Mensal
Categoria Atleta Estadual, destinada aos atletas que tenham participado de eventos no Estado do Rio de Janeiro, reconhecidos pelo Ministério do Esporte;	300 (UFIR)
<b>Atletas Categoria Atleta Nacional</b>	Valor Base Mensal
Categoria Atleta Nacional, destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva em âmbito nacional, que atenda aos critérios fixados pelo Ministério do Esporte;	550 (UFIR)
<b>Atletas Categoria Atleta Internacional</b>	Valor Base Mensal
Categoria Atleta Internacional, destinada aos atletas que tenham participado de competição esportiva de âmbito internacional;	1200 (UFIR)
<b>Atletas Atleta Olímpico ou Paraolímpico</b>	Valor Base Mensal
Categoria Atleta Olímpico ou Paraolímpico, destinada aos atletas que tenham participado de Jogos Olímpicos ou Paraolímpicos e cumpram os critérios fixados pelo Ministério do Esporte em regulamento;	2000 (UFIR)

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin  
Prot. 1851 20/9/21  
Ass. 04 69/20  
[Assinatura]

José Emmanuel R. Artemenko  
Prefeito Municipal



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

## PARECER

**EMENTA:** "Institui a Bolsa-Atleta no âmbito do município de Eng.º Paulo de Frontin."

### CONSULTA:

Versa o presente parecer sobre o projeto de lei nº 059/21, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a matéria da ementa, aliterando a margem consignável.

A matéria veio a esta Procuradoria Geral para emissão de parecer, por determinação da Presidência desta Casa de Leis.

Será sucinto o parecer.

### FUNDAMENTAÇÃO:

Inicialmente, é importante ressaltar que cada ente federativo dispõe de autonomia para assuntos de interesse local (art. 30, I da CF/88).

É privativa, a princípio, do Chefe do Poder Executivo, a iniciativa legislativa para o objeto do presente intento, *ex-ví* a previsão contida na LOM.

Portanto, é este conjunto normativo que fornece a base e define os elementos fundamentais do processo legislativo, tais como: competência, matéria, iniciativa, discussão, votação, aprovação, rejeição, e veto.

A Lei Orgânica deste Município assim prevê:

#### **"Art. 7º - Compete ao Município:**

I - legislar sobre assunto de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e estadual no que couber;

.....

Art. 8º - Além das competências previstas no artigo anterior, o Município atuará em cooperação com a União e o Estado para o exercício das competências enumeradas no artigo 23 da Constituição Federal, desde que as condições sejam de interesse do Município.

.....

**Art. 14 - Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sob as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:**

**I - assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e estadual, notadamente no que diz respeito:"**

30



Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

A Constituição Federal previu um complexo sistema de repartição de competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, dentre elas, competências exclusivas, concorrente, suplementar e privativa.

Para os municípios foi escolhida uma competência específica, sob a denominação de assunto de interesse local.

A competência legislativa privativa é a que cabe exclusivamente a um órgão componente do Estado Federal. Estão nesta categoria as competências da União estabelecidas no art. 22 da Carta Magna, a competência remanescente dos Estados e a competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local.

A forma de definição da competência do Município foi diversa da utilizada para prever as competências dos Estados e da União.

Segundo Hely Lopes Meirelles "o conceito de interesse local é amplo, existindo matérias que se sujeitam a competência legislativa destas três entidades federais". (MEIRELLES, H. L. **Direito Municipal Brasileiro**, São Paulo: Malheiros, p.122).

O interesse local não se verifica em determinadas matérias, mas em determinadas situações.

Ainda segundo Hely Lopes Meirelles, *in verbis*:

**"(...) o assunto de interesse local se caracteriza pela predominância (e não pela exclusividade) do interesse para o Município, em relação ao do Estado e da União. Isso porque não há assunto municipal que não seja reflexamente de interesse estadual e nacional. A diferença é apenas de grau, e não de substância." (MEIRELLES, H. L. **Direito Municipal Brasileiro**, São Paulo: Malheiros).**

Em sua função normal e predominante sobre as demais, a Câmara elabora leis, isto é, normas abstratas, gerais e obrigatórias de conduta.

A matéria encontra-se amparada na competência do Município.

Segundo a doutrina de Hely Lopes Meirelles:

**"O governo municipal realiza-se através de dois "Poderes": a Prefeitura e a Câmara de Vereadores com funções específicas e indelegáveis, nos termos dos artigos. 2º, 29 e 31 da Constituição Federal. Entrosando suas atividades específicas, a Câmara de Vereadores e a Prefeitura realizam com independência e harmonia o governo local, segundo os princípios da Constituição Federal e da Constituição Estadual e nas condições expressas na Carta Própria do Município". (MEIRELLES, H. L. **Direito Municipal Brasileiro**, São Paulo: Malheiros).**

Em nível municipal a função legislativa é exercida pela Câmara dos Vereadores, que é o órgão legislativo do município, em colaboração com o prefeito, a quem cabe também o poder de iniciativa das leis, assim como o poder de sancioná-las e promulgá-las, nos termos propostos como modelo, pelo processo legislativo federal. Dessa forma, a atividade legislativa municipal submete-se aos princípios da Constituição Federal com estrita obediência à Lei Orgânica dos municípios.

*Trata-se de projeto de Lei de autoria do Executivo que institui a Bolsa-Atleta.*

O projeto encontra-se em consonância com nosso ordenamento jurídico.





Estado do Rio de Janeiro

Câmara Municipal de Engº. Paulo de Frontin

Plenário Jauldo Gomes Balthazar

Portanto, não há impedimento legal, mas sim há entendimento da Nossa Corte Superior bem como legislação permissiva que regula a matéria, e, que está de acordo com nossa Constituição Federal, estando apto a ser votado pelo plenário desta casa.

A observância dos preceitos constitucionais e legais deve ser a primeira preocupação do legislador ao propor qualquer espécie normativa. Esta não pode contrariar as normas superiores ou extrapolar a competência do Órgão Legislativo, devendo ser conforme o ordenamento jurídico, sob pena de inconstitucionalidade.

Por fim, temos que nos ater aos princípios orçamentários-financeiros.

Não havendo prova que o presente projeto de lei vá impactar a execução orçamentária, e desde que esteja de acordo com as previsões da Lei nº 4.320/64 c/c Lei Complementar nº 101/2000, bem como com o PPA; a LDO e a LOA, não encontramos óbices à sua tramitação e posterior aprovação e sanção, respeitada a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno desta Casa de Leis.

CONCLUSÃO:

Desta forma entendemos possível o intento com a tramitação, aprovação e sanção do vertente projeto de lei, estando o presente objeto respaldado pela legalidade, desde que respeitados os tópicos supra referenciados.

Este parecer é meramente opinativo, podendo o administrador agir de forma diferenciada, desde que fundamentada.

Era o que cabia relatar.

É o parecer;

S.M.J.

Engenheiro Paulo de Frontin, 27 de setembro de 2021.

Maurício José Xavier Jaccoud

Procurador

OAB/RJ Nº 123.037

## Andamento Processual

Processo nº CM 1851/21 Data 20/9/21  
Origem EXECUTIVO Processo nº 1851  
Assunto INSTITUIR A BOLSA ATLETA DO MUNICÍPIO  
Prazo NORMAL Termina no Prazo

## Despacho

Da Secretaria da Câmara para o PLENÁRIO Data: 23 / 9 / 21  
Rubrica: [Assinatura]

Recebido pela Mesa em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Da Mesa para: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Recebido pela Comissão em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

Convocada reunião da Comissão para: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ às \_\_\_\_ hs

Retorno ao Plenário com Parecer em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

## Da tramitação em Plenário: Andamento do Processo

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

PHYSICS DEPARTMENT

REPORT NO. 70-1

RESEARCH REPORT

ON THE THEORY OF

THE ELECTROLYTIC CELL

BY

J. H. VAN VLECK

AND

R. W. PETERSON

CHICAGO, ILLINOIS

1970